



## NAS FRONTEIRAS DA TERRA SEM MAL: AÇÃO POLÍTICA AMERÍNDIA E ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS NO LITORAL PAULISTA (1923-1967)

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3357

Vladimir Bertapeli, UNESP

### Resumo

Em 1910, o Estado brasileiro criava o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), com o qual visava assistir e integrar os povos indígenas à sociedade nacional, seja por meio da adoção de mecanismos de controle social como a educação formal e o modelo de trabalho campesino. No litoral de São Paulo, entre os anos de 1923 e 1967, o SPI atuou por meio da implantação de um Posto Indígena localizado na aldeia Bananal, que, ao longo de sua história foi chamado de Peruíbe, Itanhaém e José de Anchieta. Neste período, o referido órgão indigenista procurou concentrar e controlar, em um único espaço, os ameríndios que viviam em várias aldeias situadas pela Serra do Mar. Em contrapartida, os indígenas assistidos fizeram frente à mencionada política indigenista. Sendo assim, o presente artigo versa sobre a atuação ameríndia no referido posto indígena. Para tanto, propõe-se aqui articular uma etnografia histórica, coligindo as narrativas referentes ao passado dos indígenas mais idosos das atuais aldeias à pesquisa historiográfica, baseada na crítica de fontes primárias e secundárias do acervo do SPI, sob os cuidados do Museu do Índio. Neste sentido, entende-se que a melhor compreensão da história dos povos indígenas pode surgir quando se observa atentamente as interações entre as narrativas orais e os documentos escritos.

### Palavras Chave:

Ações Ameríndias; SPI; História; Litoral Paulista; Memórias.

Os Tupi e Tupi Guarani remontam suas ascendências aos laços de afinidade, co-residência e intercassamentos passados e atuais entre parentelas Tupi e Guarani que habitaram a faixa litorânea e trechos da região planáltica paulista. Logo, ao professarem sua identidade étnica com os etnônimos homônimos, ao mesmo tempo em que apontam para uma nítida continuidade com os habitantes destas regiões, conforme encontraram os primeiros navegantes europeus que aportaram à costa atlântica no século XVI, deparam-se na contemporaneidade com os recorrentes atestados de sua extinção, proferidos ao longo do tempo pelos cronistas, pelas atas das câmaras municipais, historiadores como também por antropólogos culturalistas, e que é ecoado pelo senso comum.

Assim, além de negar sua extinção, o reaparecimento dos referidos termos designativos, em especial do etnônimo Tupi, impõe a necessidade de uma ampla revisão nos estudos historiográficos e etnológicos, para não mencionar as políticas públicas disponíveis e/ou praticadas para esta região. Afinal, como veremos mais adiante, autores consagrados foram enfáticos em afirmar que os grupos Tupi desapareceriam, seja por meio da miscigenação como também pelo extermínio.

O etnônimo em questão apresenta o desafio em apreender o processo secular de construção da identidade destes indígenas e sua disposição espacial na costa meridional atlântica do continente americano. Logo, procuro aqui lançar luz para um aspecto negligenciado tanto pelos historiadores quanto pelos antropólogos acerca das narrativas e os primeiros registros destes etnônimos nas fontes documentais disponíveis sobre a identidade Tupi e Tupi Guarani, bem como o processo de retomada territorial destes indígenas que culmina na primeira década do século

XXI. Portanto, esse projeto político promovido por tais indígenas insere-se num fenômeno social maior, onde a identidade étnica é evidenciada por muitos grupos que ressurgem diante de nossos olhos. Como expressa Almeida (2009, p.208), esses grupos ameríndios “[...] reconstróem suas próprias histórias e identidades, ao mesmo tempo em que influenciam mudanças em nossa historiografia.”

Portanto, para se falar dos atuais Tupi e de suas relações históricas com os Guarani e Tupi Guarani, referenciados à constituição de suas identidades étnicas, bem como às dinâmicas de sua disposição espacial, faz-se necessária uma reconstituição etno-histórica, recorrendo-se à memória oral, como também às fontes documentais disponíveis, certamente fragmentárias, atinentes aos movimentos de dispersão e reaglutinação da população em suas próprias formas de organização e sociabilidade.

## O apagamento do Tupi

No Brasil oitocentista, Karl F. Von Martius (1845, p.70) afirmava que os ameríndios “[...] traziam consigo o germen do desaparecimento rápido.” E Francisco A. Varnhagen ([1854] 1975, p. 215) considerava que “[...] a grande quantidade de mestiços e mamelucos vivendo em São Paulo vem em auxílio dos que cremos que o tipo índio desapareceu, mais em virtude de cruzamentos sucessivos que de verdadeiro e cruel extermínio.” Ferreira (1990) observa que tais discursos, além de ter como objetivo a homogeneização do povo brasileiro, isto sob o prisma a integração das raças através da miscigenação e mestiçagem, foi usado por políticos e fazendeiros como justificativa para o esbulho das terras indígenas aonde foram implantados os aldeamentos. Lembrando que os aldeamentos foram criados, em meados do séc. XVI, pela Companhia de Jesus, como o aval de Portugal, com o intuito de submeter os indígenas à “civilização” e

assim convertê-los à fé cristã.

Assim, os “índios aldeados” passaram a ser referenciados nos maços populacionais como mestiços. Machado de Oliveira, então diretor geral dos índios, informa ao presidente da província que a população indígena aldeada estava assimilada à sociedade local (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. OFÍCIO, 1854). Consequentemente, os aldeamentos paulistas foram então perdendo suas características de núcleos indígenas – como é o caso dos aldeamentos de Mogi das Cruzes e o São João Batista de Peruíbe. Neste último caso, o referido aldeamento foi erigido na primeira metade do séc. XVI sobre uma antiga aldeia tupi pré-cabraliana (PETRONE, 1992). Neste caso, a expedição do Capitão-mor Francisco de Moraes contra os grupos Tupi causou o surgimento da aldeia que deu origem mais tarde ao aldeamento de Peruíbe, bem como fez com que os grupos Tupi “[...] amalgando-se eles com uma fracção dos Carijós, seus inimigos, que então dominavam e fruíam pacificamente todo o litoral que vai do rio Conceição ao dos Patos [rio Biguaçu, em Santa Catarina].” (MACHADO DE OLIVEIRA, 1846, p.230).

Deste modo, as famílias ameríndias que permaneceram nas matas e proximidades do aldeamento foram então confundidas como mestiços, caboclos, caiçaras, etc. Ademais, foi neste momento que novos deslocamentos Guarani, que rumavam de oeste para o leste, em busca da Terra sem Mal ou por outros motivos, que foram registrados de modo recorrente nas fontes documentais na virada do século XIX para o XX, resultaram numa maior agregação com os remanescentes dos grupos Tupi que já habitavam esta faixa litorânea.

### **A disposição espacial ameríndia e o SPI**

Concomitante a estes deslocamentos do período, é estabelecido

em 1910 o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). O Estado brasileiro declarava que a finalidade desta nova instituição seria proteger e integrar os índios à sociedade nacional por meio de métodos pacíficos. Para isso, seguia o modelo consagrado pelo General Cândido Mariano Rondon, seu primeiro presidente, quando esteve à frente da Comissão de Linhas Telegráficas (GAGLIARDI, 1985).

Deste modo, em 1912, o SPI cria o Posto Indígena Araribá, em Avaí-SP, com o intuito de abrigar em um mesmo espaço os Guarani que viviam no Oeste Paulista, em Paranapanema, Itanhaém e Vale do Ribeira. Assim, acreditava-se que aqueles indígenas estariam protegidos da ação de milícias armadas, também chamados de “bugreiros”. Mas muitos deles foram vítimas da febre amarela. Consequentemente, os sobreviventes abandonaram aquele espaço e se dispersaram pela região ou retornaram ao litoral (TIDEI DE LIMA, 1978).

No ano de 1923, algumas expedições foram enviadas às proximidades dos rios Preto, Branco e Arararú, com o fim de encontrar e convencer os Tupi e Guarani que viviam nas diversas aldeias a segui-los ao Bananal, local escolhido pelo Serviço para estabelecer um “posto de atração” e reunir esses povos na costa paulista. As fontes documentais indicam que inúmeras dificuldades impediam os funcionários de executar tal missão: “[...] o apêgo as antigas moradas e circunstâncias especiais da política interna de cada grupo [...]”. Mas naquele ano, a despeito da diversidade linguística, social e cultural dos povos habitantes na região costeira e do planalto, os servidores do órgão indigenista, imbuídos de sua missão positivista humanitária, conseguiram instalar um “posto de atração” no Bananal (BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. RELATÓRIO ANUAL DO SPI, 1923).

Em 1927, ao receber do governo paulista duzentos alqueires de terras nas

proximidades do Bananal, o SPI implanta um Posto Indígena. Mas Horta Barbosa (1928), à frente da 5ª Inspeção Regional do SPI, afirmava que apenas algumas famílias ali permaneceram, enquanto outras optaram em rumar para distintas localidades no litoral. Em entrevista ao jornal *A Platéia* (26/11/1930 apud BRASIL. FUNAI, 2011, p.147), Darcy Bandeira de Mello, funcionário do Serviço, afirmava que “[...] entre os retirantes não houve acordo sobre a instalação do novo acampamento, pelo qual dividiram-se em dois grupos, permanecendo uns nas proximidades de Peruíbe, enquanto o outro viajou pela Praia Grande”.

O P. I. Bananal permaneceu inativo até o ano de 1945. Mas as autoridades locais, interessadas em concentrar os indígenas dispersos na região em um único espaço, uma vez que procuravam desobstruir as terras litorâneas para seus projetos de expansão agrícola (a bananicultura e o chá) e imobiliárias, exigiram a instalação de um Posto Indígena do SPI no litoral. Assim, em 1945, o Posto foi então reaberto no Bananal (MUSEU DO ÍNDIO. RELATÓRIO DO VEREADOR DE ITARIRI MILTON FRAGA MOREIRA AO SPI, 1945).

Portanto, estas foram as condições pelas quais encontraram os grupos Guarani que seguiam a procura pela *Terra sem Mal*, ou por qualquer outro motivo que explique os seus deslocamentos sobre seus territórios tradicionais. Como também, não podemos esquecer, foi neste período que levaram tais povos foram novamente segregados em espaços pelo poder público que, por sua vez, alegava que não seriam mais importunados por aqueles que desejavam suas terras e também explorá-los.

## Os Tupi e Tupi Guarani

Em decorrência disso, multiplicaram-se desde então as relações e, em especial, alianças e afinidades entre

indivíduos e grupos de diversas proveniências— que seus descendentes hoje designam como misturas —, na formação de uma identidade compósita que levou à constituição dos Tupi Guarani. Este termo surge como etnônimo quando algumas famílias Tupi e Guarani, sobretudo aquelas encontradas na aldeia Bananal e em outras, passaram a se identificar e a serem assim chamados por tal designação homônima (MAINARDI, 2010; BERTAPELI, 2015).

Logo, o trabalho etnográfico junto aos Tupi e Tupi Guarani traz importantes informações acerca de tal processo. Guáira, um dos principais líderes espirituais entre os Tupi e Tupi Guarani, nascido e criado na aldeia Bananal, onde passou a maior parte de sua vida, e atualmente reside na Aldeia Piaçaguera, que afirma que a origem do termo “Tupi Guarani” vem dos casamentos que ocorreram entre as parentelas Tupi e famílias Guarani de diversas procedências. Já Domingos Miri, outro *txeramôe* que, com seus 87 anos de idade, nasceu e passou parte de sua vida na aldeia Bananal, e hoje reside na aldeia Piaçaguera, alega ser um Tupi Guarani. O seu pai era um Tupi nascido em tal aldeia, sua mãe era branca e natural de Itanhaém, enquanto seu avô era um Guarani que veio do Mato Grosso no início do século XX, e sua avó era uma Tupi, nascida e criada nos arredores da aldeia Bananal.

Por outro lado, Nambi, *txedjray* que vive na Aldeia Djakoaty, próxima a cidade paulista de Miracatu, e uma das lideranças que outrora fundou a aldeia Itaoca, situada no município de Mongaguá, explica que seus ascendentes são Tupi. Diz ainda que o grupo que vivia na aldeia Bananal — aliás, ela nascera e passara parte de sua vida em tal aldeia — identificava-se como Tupi, sendo o termo “Tupi Guarani” adotado muito tempo depois a partir dos casamentos com os Guarani.

Outro elemento etnográfico que sobressai nestes depoimentos, dentre

outros *txeramões* e *txedjrays* com quem conversei, é a afirmação de que são descendentes dos grupos Tupi (Tupinambá e Tupiniquim) que viveram nos aldeamentos de São João Batista de Peruíbe e Itariri. Portanto, fica claro que estas alegações desconstruem o discurso oficial e daqueles autores do século XIX que, como vimos, atestavam a extinção dos grupos Tupi no litoral, seja por genocídio, pela fuga, ou dispersão e miscigenação com a população luso-brasileira. E, como demonstrarei adiante, este discurso foi utilizado ao longo do século XIX para justificar o fim dos aldeamentos e a expropriação territorial destes povos.

Esta breve menção a filiação étnica feita por ascendência, a criação de etnônimos compósitos (Tupi Guarani), criada a partir da co-residência de indivíduos, parentelas e grupos com filiações distintas, a retomada dos etnônimos dados como extintos (Tupi), contextualizada mais amplamente à mobilização crescente dos povos indígenas pelo reconhecimento oficial de direitos territoriais, apresenta desafios à pesquisa antropológica e histórica quanto a apreensão e reconstituição da trajetória destes povos.

Mas muitas das pesquisas realizadas neste campo nas últimas décadas têm como base a definição de Barth (2000, p.31-32) para grupos étnicos, que considera a etnia como fator constitutivo da “organização social”, onde a autoatribuição de uma categoria é “[...] étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica, ou seja, determinada possivelmente por sua origem e circunstâncias de conformação.”

De modo mais evidente, os dados aqui relacionados estão referenciados a um processo de formulação de novas identidades (Tupi Guarani), e em particular, da reinvenção de um etnônimo emblemático da construção da própria nacionalidade brasileira (Tupi), que configura, tomado

em maior profundidade temporal, no decorrer do século XX, um movimento de territorialização.

Mas, a partir do final do século XX, temos alguns estudos que revelam a presença dos Tupi e a constituição dos Tupi Guarani no litoral. Ladeira (2007), ao desenvolver sua pesquisa com os Guarani Mbyá, indica a existência de indígenas vivendo ao sul da costa litorânea que se identificam e são identificados como Tupi Guarani. Logo, isto indica a existência de descendentes dos Tupi. E Macedo (2009), já na primeira metade do século XXI, registra a presença destes ameríndios na T. I. Ribeirão Silveira.

Nos últimos anos, surgem pesquisas que tratam exclusivamente dos Tupi e Tupi Guarani. Este é o caso dos estudos desenvolvidos por Mainardi (2010), Rodrigues de Almeida (2011), Danaga (2012) e Bertapeli (2015). É de salientar que cada uma dessas contribuições analisa as distinções étnicas que os Tupi e Tupi Guarani fazem para se diferenciarem dos Guarani Mbyá e dos não indígenas; as reciprocidades e alianças com os Guarani; a constituição do etnônimo Tupi Guarani por um grupo étnico homônimo que forma a aldeia Tabaçu Rekó Ypy; e, por fim, a cosmologia e a concepção de território em contexto de demarcação.

E outra informação pertinente destas pesquisas é a importância que se atribui à aldeia Bananal na constituição de outras aldeias situadas na costa oceânica. Afinal, estes estudos indicam que uma significativa parte destas aldeias se originou quando algumas famílias indígenas que viviam na Bananal, sendo motivadas por divergências específicas, saíram e estabeleceram outras aldeias em territórios tradicionais em diferentes momentos. Aliás, estas aldeias estão ligadas pelas relações de parentescos, alianças políticas, etc. Conforme Ladeira (2007), o território para os grupos os Tupi e Guarani seria formado pelos inúmeros pontos de parada e pelas aldeias que

interagem entre si através de relações sociais, políticas e de parentesco.

### Considerações finais

No decorrer da história de contato entre indígenas e não-indígenas no litoral de São Paulo e em suas áreas adjacentes, como procurei demonstrar no presente texto, foram inúmeras as tentativas de políticos, fazendeiros e intelectuais e servidores públicos em apagar ou mesmo negar a identidade daqueles povos que ali viviam, seja através da miscigenação, assimilação, extermínio, etc. Assim, negava-se a identidade ameríndia dos descendentes dos Tupi e Guarani através do uso de termos designativos como “mestiços”, “nem índios e nem brancos” e “aculturados”.

Mas muitos destes indígenas, que afirmam descenderem dos grupos Tupi e Guarani que habitavam estes espaços geográficos muito antes do estabelecimento dos primeiros povoados luso-brasileiros, se autodenominam, como também são assim referenciados pelos Guarani Mbyá e outros povos indígenas, como Tupi e Tupi Guarani. Consequentemente, isto incide sobre a luta pela retomada de suas terras.

Certamente, os trabalhos etnográficos contemporâneos que foram feitos na região em destaque são importantes por explicitar o movimento de retomada das identidades ameríndias. Mas existem lacunas nestes estudos acerca da presença dos Tupi e Tupi Guarani na costa litorânea. Certamente, a primeira delas é que estes estudos enfatizam mais os Tupi Guarani e pouco fazem referência aos Tupi. O segundo ponto é a carência de uma análise correspondente ao processo histórico que levou ao ressurgimento dos Tupi e à constituição dos Tupi Guarani. Sendo assim, considero que é importante atentarmos para estes pontos não explorados pelos estudos anteriores.

Percebe-se nas fontes documentais escritas e orais aqui

trabalhadas que a identidade étnica sempre marcou as discussões referentes ao direito de acesso de grupos ameríndios à terra. E isto se verifica tanto no discurso de políticos, intelectuais, elites agrárias e agentes do Estado que procuravam negar e apagar a existência de muitos povos ameríndios, como, em contrapartida, também está presente no discurso destes grupos indígenas que procuram afirmar suas identidades com os supracitados propósitos.

Deste modo, a devida atenção a estes elementos podem consubstanciar estudos relativos à disposição espacial, como também a reconstituição genealógica das relações entre parentelas e grupos locais Tupi, Guarani e Tupi Guarani no decorrer do século XX. Como outrora coloquei, o reaparecimento dos referidos termos designativos no discurso destes indígenas, em especial do etnônimo Tupi, impõe ao antropólogo, historiador, assim como outros interessados, a necessidade de revisar os estudos historiográficos e etnológicos concernentes a estes povos de língua tupi-guarani.

### Referências

#### Fontes Primárias

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. **Relatório anual do SPI ao Ministério da Agricultura**, 1923.

MUSEU DO ÍNDIO. **Relatório de Luiz Horta Barbosa à 5º Regional do SPI**, 1928. Microfilme 341.

\_\_\_\_\_. **Relatório do vereador da Câmara Municipal de Itariri, Milton Fraga Moreira à 5º Regional do SPI**, 1953, Microfilme 021.

BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Relatório etno-histórico referente à ocupação Guarani na região do Vale do Ribeira, elaborado por Pablo Antunha Barbosa** (Portaria nº 586/PRES/FUNAI, de 19.04.2011). Brasília: FUNAI, 2011.

### Bibliografia

ALMEIDA, M. R. C. O lugar dos índios na história entre múltiplos usos do passado: reflexões

- sobre cultura histórica e cultura política. In: SOIHET, R. (et al.) **Mitos, projetos e práticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BERTAPELI, V. **As metamorfoses do nome: história, política e recombinações identitárias entre os Tupi Guarani**. 222f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, FCLAr-UNESP, 2015.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Paralelo Quinze/EDUNESP, 1998.
- CALIXTO, B. Os primitivos aldeamentos indígenas e índios mansos de Itanhaém. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. São Paulo, v. 10, 1905.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspás e outros ensaios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.
- CLASTRES, H. **Terra sem Mal: o profetismo Tupi-Guarani**. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- DANAGA, A. **Os Tupi, os Mbyá e os Outros: um estudo etnográfico da aldeia Renascer – Ywyt Guaçu**. 133f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSCar, 2012.
- FERNANDES, F. **A organização social dos Tupinambá**. Brasília: EDUNB, 1989.
- \_\_\_\_\_. **A função social da guerra na sociedade Tupinambá**. São Paulo: Globo, 2006.
- FERREIRA, M. T. C. R. **Os aldeamentos indígenas paulistas no fim do período colonial**. 201f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, USP, 1990.
- GAGLIARDI, J. M. **O indígena e a República: estudo a respeito do Serviço de Proteção aos Índios**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, 1985.
- LADEIRA, M. I. **O caminhar sobre a luz: o território Mbyá à beira do oceano**. São Paulo: EDUNESP, 2007.
- MACEDO, V. M. **Cultura e afecção em uma aldeia guarani na Serra do Mar**. 331 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, USP, 2009.
- MAINARDI, C. **Construindo proximidades e distanciamentos: etnografia da Terra Indígena Piaçaguera./SP**. 98 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, UFSCar, 2010.
- MELIÁ, B. *A Terra sem Mal dos Guarani: economia e profecia*. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v.33, 1989.
- MONTEIRO, J. M. **Negros da terra: índios e bandeiras nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NIMUENDAJU, C. **As lendas de criação e destruição do mundo como fundamentos da religião Apapocúva-Guarani**. São Paulo: Hucitec/USP, 1987.
- RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RODRIGUES DE ALMEIDA, L. **Os Tupi Guarani de Barão de Antonina (SP): migração, território e identidade**. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSCar, 2011.
- ROSALDO, R. **Ilongot headhunting (1883-1974): a study in society and history**. Stanford: Stanford University Press, 1980.
- SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo: DIEFEL, 1962.
- TIDEI DE LIMA, J. F. **A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru**. 1978. 199f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, 1978.
- VANSINA, J. **Oral tradition: a study in historical methodology**. Aylesbury: Penguin, 1973.